

Contexto do Povo Judeu no Pós-Exílio: Junção entre os exilado e autóctones

Context of the Jewish People in the Post-Exile: Junction between exiles and autochthonous

Nayara do Vale Moreira¹

Resumo

O presente artigo trata sobre o período pós-exílio em meados de 539 a.C. diante a derrota do Império Babilônio ao Império Persa sob comando do rei, Ciro, que custeava e permite o retorno do povo judeu exilado na Babilônia para Jerusalém. Esse retorno é marcado pela volta parcial entre os exilados, visto que a outra parte já havia se estabelecido na região. Temos por objetivo apresentar diante a essas deportações o impacto sobre a junção entre os povos autóctones, que teriam prosseguido sobre aquela região durante o exílio, e entre os deportados, que entre as narrativas se apresentam como aqueles que detinha o verdadeiro poder sobre aquelas terras. Pois, durante o exílio sucedeu entre ele uma maior aproximação e preservação da Lei judaica e da promessa a YHWH, Gass (2007) explica que diante aqueles que permaneceram, houve uma maior miscigenação de diferentes povos. A metodologia utilizada em nossa pesquisa se baseia em análises e levantamentos bibliográficos, recorrendo a contribuições principais de diversos autores a discorrer sobre o assunto definido. Evidenciamos a tentativa para garantir o resguardo identitário, seja étnico ou religioso entre os povos exilados, que diante dos autóctones, há um extenso período de perseguições. Visto que, desse processo de adaptação, sobre extensões políticas em Jerusalém, a aplicação da tributação pelo império juntamente ao sacerdócio, custeando a elite o império e a reconstrução do Templo, trazendo grande parte daqueles que no limiar da fragilidade, tem sua terra dominada e comercializada para o pagamentos dos altos impostos.

Palavras-Chave: Pós-exílio; autóctones; exilados.

Abstract

This article deals with the post-exilic period around 539 BC. facing the defeat of the Babylonian Empire to the Persian Empire under the command of the king, Cyrus, who pays for and allows the return of the Jewish people exiled in Babylon to Jerusalem. This return is marked by the partial return among the exiles, since the other part had already settled in the region. Our objective is to present before these deportations the impact on the junction between the autochthonous peoples, who would have continued on that region during their exile, and among the deportees, who among the narratives present

¹ Graduada em História Licenciatura PUC Goiás. E-mail: nayaradovale0908@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3214-9523> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5784047618882635>

themselves as those who held the true power over those lands. Because, during the exile, there was a greater approximation and preservation of the Jewish Law and the promise to YHWH, Gass (2007) explains that before those who remained, there was a greater miscegenation of different peoples. The methodology used in our research is based on analyzes and bibliographic surveys, using the main contributions of several authors to discuss the defined subject. We highlight the attempt to guarantee the protection of identity, whether ethnic or religious, among the exiled peoples, who faced with the natives, there is an extensive period of persecution. Since, from this adaptation process, over political extensions in Jerusalem, the application of taxation by the empire together with the priesthood, funding the empire's elite and the reconstruction of the Temple, bringing a large part of those who, on the threshold of fragility, have their land dominated and marketed for the payment of high taxes.

Key words: Post-exile; autochthonous; exiles.

Introdução

Propomos compreender e caracterizar elementos integrantes diante ao meio político, social e religioso judeu durante o pós exílio (538 – 33 a.C.), marcado pela conquista da Babilônia pelo rei da Persa, Ciro, que permite o retorno dos exilados e custeia a reconstrução do Templo de Jerusalém. Gass (2007) destaca como um período limitado a modos de opressão diante ao Império Persa, que trabalhava em conjunto a elite judaica, fazendo com que houvesse grandes perseguições às classes mais baixas.

Quanto ao retorno dos exilados a Jerusalém, Bright (2003) descreve que não havia comodidade, visto que seria um momento de iniciação em uma terra que lhes era estranha, além de que, havia a destruição sobre toda a cidade e o templo, ambos encontrados em ruínas. Os povos que habitavam à terra não teriam recebido a fé javista e seu retorno com entusiasmo. Bright (2003) pontua a dificuldade na divisão de terras para aqueles que se auto denominavam como o verdadeiro Israel, mantendo afastados de seus irmãos não tão ortodoxos, vistos como impuros, e conseqüentemente aumentando a tensão entre ambas as partes.

Judá se mantém como um agrupamento pequeno diante de vários outros povos, entre a região a província que mais se destaca é a Samaria, que como explica Nakanose; Pedro (2004) detinha controle sobre uma grande área de

Judá, e conseqüentemente não queria perder sua liderança. Além disso, lá residiam em famílias camponesas denominadas “pobres da terra” que viviam com muita simplicidade, e que a reconstrução do templo significaria a volta do antigo sistema de exploração. Mas apesar das resistências o Templo é reconstruído em 515 a.C. e a partir daí houve uma estabilização do império persa.

Diante a pesquisa, nós utilizamos como processo investigativo e bibliográfico com a finalidade de aperfeiçoamento e atualização do conhecimento, por uma investigação científica de obras já publicadas. Tendo como base o processo social, religioso e político durante o pós-exílio, temos por fundamento o questionamento, como teria ocorrido essa complexa junção entre os povos autóctones e exilados?

1 Império Persa - Unificação política

O Império Persa teria herdado da Babilônia terras abundantes, Marianno (2007) descreve uma diversidade gigantesca de culturas e idiomas. Diante aos erros cometido pela Assíria (que tributava demais, desumanizando os povos conquistados), foram aplicados pelo império certa tolerância a forma para manter a dominância sobre os povos, que de acordo Gass (2007) havia a negação sobre o seu controle político pertencente aos persas, o econômico e militar. A Assíria tentava sobrepor e anular a identidade dos povos “subjugados por programas de massificação, aglomerando culturas diferentes. A Pérsia optou por devolver a autonomia, pelo menos religiosa destes povos” (MARIANNO, 2007, p.53).

Nakanose; Pedro (2004) trata assim que o império persa organizava suas regiões em satrapias, sendo subseqüentemente divididas em províncias para facilitar o controle de suas colônias. Cada uma dessas regiões, nomeadas satrapias, tem um governador escolhido entre os nobres pelo rei, que o denomina sátrapa, e tem por principal função o recolhimento e o envio de tributos anuais ao imperador. Marianno (2007) traz que com os sátrapas havia mais funcionários que eram enviados pelo Rei para supervisionar o trabalho das

satrapias. Esse sistema administrativo exerceu em Judá uma grande influência, havendo uma conexão entre as províncias e o império por meio das satrapias. Gass (2007) trata que o Império Persa não possuía uma capital fixa e percorria as principais dos reinos “Susa (capital do Elã), Ecbátana (capital da Média) e Persépolis (capital do Irã)” (GASS, 2007, p.80)

Gass (2007) traz que em um primeiro momento os persas possam parecer menos violentos que os dominadores anteriores, mas, na prática, esses seriam tão quão impiedosos àqueles que não realizassem o pagamento dos tributos ou diante de proclamar independência, “a paz que reinava, portanto, era uma paz aparente sob o controle dos “cavalos” persa, símbolo de domínio militar” (GASS, 2007, p.78 – 79). Em frente a esse contexto, retomamos no seguinte tópico da dominação Assíria nas primeiras décadas do século VII, e a oposição egípcia e babilônios, sendo Jerusalém uma forte fonte de tributação, hora ao Egito passando para o Império Babilônio.

1.1 Contexto Político

Pixley (1989) nos traz que em 609 a.C. por um período de quatro anos era cobrado tributos de Jerusalém pelo Egito, e que depois da morte do rei Josias que foi substituída por seu filho rei Joaquim. Em 605 a.C. com a batalha de Carquemis entre o Egito aliados aos remanescentes do exército do antigo Império Assírio contra os exércitos da Babilônia que venceu o exército egípcio se tornando uma nova potência na Palestina. Os tributos antes destinados ao Egito passam a ser tributados na Babilônia, onde Joaquim permanece como rei. Pouco antes de seu falecimento Joaquim se revolta e para de efetuar o pagamento, gerando assim uma expedição punitiva contra Jerusalém em 597 a.C. onde o filho de Joaquim de apenas três meses teria ocupado o trono para castigo, conforme explica Pixley (1989) a mando de Nabucodonosor teria acontecido a primeira deportação, composta pelo rei e outros membros da família real, deixando no trono Sedencias, tio do rei e filho de Josias, o que gerou uma divisão entre os que aguardavam o retorno de Joaquim e os que reconheceram Sedencias como rei.

Em 586 a.C. por um cerco formado pelo rei da Babilônia Nabucodonosor, que de acordo com Castro (2008) durou mais de um ano, a cidade caiu e logo em seguida o Templo de Salomão foi destruído, e a elite social e religiosa da nação foram levados como escravos. “Este cativo foi o ponto de partida para a formação de um direito hebraico novo, oral, visto que entraram em contato com diversas culturas diferentes e fortes, (CASTRO, 2008, p. 31)” os hebreus cogitaram afirmar sua cultura e adaptar às influências que recebiam.

A lei oral (*Torah Chev'al Pé*) atuava ao lado da escrita, isto é, mosaica (*Tora Chebikhtav*). Esta continuou a ser considerada, séculos afora, a lei suprema, infalível, sacrossanta. prevalecia sempre (mesmo depois da codificação da lei oral) em qualquer conflito que se verificasse entre as duas. A lei oral, formada pelo *Sofrim* (escritores), *Anchei Haknesset* (os homens da Grande Assembléia) e *Tanaim* (sábios), teve sempre um caráter subsidiário (CASTRO, 2008, p. 31 apud RÁO, 1999, p. 174).

Schwantes (2007) afirma que quando a elite da população de Judá foi deportada (597 a.C.) para o território babilônico os deportados não eram tratados como prisioneiros podendo trabalhar e manter seu sustento, mas que eles eram impedidos de retornar para casa. Esse regime sobre certa tolerância não era aplicado como uma forma de “cortesia” pelos outros, mas sim como uma forma de controle perdurável do império.

Ainda de acordo com Schwantes (2007), entre 587 e 582 a.C. foram deportados para Babilônia 15 mil pessoas da população de Jerusalém, os exilados de Judá gozavam de liberdades comuns aos cidadãos babilônios, que podiam exercer culto, ou se organizar-se comunitariamente. Sendo o único fator limitador de sua liberdade era “a ausência do direito de retornarem à sua pátria, o exílio babilônico e principalmente um exílio dos “cidadãos” da capital” (SCHWANTES, 2007, p.31).

Permaneceram agrupados. Isso foi decisivo para a sua sobrevivência. Por estarem agrupados, puderam continuar a preservar sua língua, seus ritos, seus costumes, sua religião. Mantiveram, pois, sua *identidade* de deportados de origem comum. Continuaram a crer em *Javé*. A preservação de sua fé foi a força aglutinadora mais significativa para os exilados (SCHWANTES, 2007, p.31).

Dessa forma os hebreus se mantiveram unidos para haver uma

preservação de seus costumes para continuidade de seu povo, havendo também uma maior rigidez em seus segmentos para manter a aliança com YHWH. Buscaremos tratar em seguida sobre o Livro Isaías, para haver assim uma maior compressão seja histórica com a guerra sírio-efraimita, ou teológica para tratar sobre a salvação através da santidade de Deus e da fé.

Em 538 a.C. aconteceu de acordo com Gass (2007) o primeiro retorno da caravana para Jerusalém, liderada pelo príncipe e governador Sasabassar (Esd 1,8;5,14). Ao chegar em suas terras houve um grande desapontamento, pois tudo continuava em ruínas, tinham assim como primeiro objetivo a reconstrução do altar de sacrifícios (Esd 1,8;5,14), a construção do Templo ficou a cargo do governador Zorobabel² e do sacerdote Josué a partir de 520 a.C.

Zorobabel foi o líder que iniciou a reconstrução do templo que durou de 520 a 515 a.C. período esse em que Dario já era rei dos persas, já Josué³ Era um líder religioso no decorrer da construção do segundo templo. Temos também o apoio dos profetas *Ageu* e *Zacarias*, conforme Gass (2007) aborda o governador Zorobabel juntamente ao profeta Ageu teriam participado dos inícios das obras, mas logo desaparecem durante a construção do 2º templo. Mas o sacerdote Josué e o profeta Zacarias teriam reerguido o templo das ruínas. Após a morte do rei Cambises⁴ (530 – 522 a.C.) que não deixou um herdeiro desencadear dois anos de batalhas internas até que Dario assumisse o trono.

Gass (2007) trata que o profeta Ageu motivou Zorobabel, Josué e povo para a reconstrução do templo se utilizando em um primeiro momento da seca que se havia instaurado em Jerusalém trazendo a miséria e a fome, para assim se utilizando da teologia da retribuição já tratada neste texto, brotando assim o sentimento de castigo sobre o povo, por que o Templo de Deus ainda não havia sido reconstruído; ele se utiliza também das tradições do Êxodo, baseado nas experiências vividas por Moisés que encorajou e liderou o povo.

² Neto do rei Joaquin (2Rs 24, 6), havia sido levado junto com Ezequiel para Babilônia em 597 a. C. sendo assim descendente de Davi, e trouxe consigo a esperança de se reconstituir a monarquia davídica. (GASS, 2007, p.88)

³ Era filho de Josedec (Esd 3,2) da tribo de Levi, que foram deportados por Nabucodonosor (1 Cr 5,41) (GASS, 2007, p. 89).

⁴ Foi filho e sucessor de Ciro, deu continuidade ao processo de ampliação dos territórios persas, e em 525 a.C. conquistou o Egito. (GASS, 2007, p. 83).

O governador Sasabassar não conseguiu ir muito além do que a reconstrução do altar por resistência dos povos camponeses que ainda moravam em Judá, como “samaritanos, amonitas e moabitas que haviam se misturado como os remanescentes durante o exílio” (GASS, 2007, p.85).

O campesinato pagava os impostos com produtos agropecuários que eram entregues ao templo. Os nobres tinham o controle sobre esse fluxo de mercadorias e de moedas. O templo passou a exercer a função de casa de câmbio e centro comercial. Isso lhe oportunizou a acumulação de riquezas e poder. Somente entendendo a importância do templo na arrecadação de impostos pelos persas, é possível entender a razão por que investiram tão alto em sua reconstrução e manutenção dos sacrifícios diários (2Cr 36, 23; Esd 6,3-10). Também não é por acaso que homens influentes nas províncias persas vizinhas de Judá, como Sanabalat, Tobias e Gosem, também quisessem enriquecer a partir desse mercado lucrativo (GASS, 2007, p.81– 82).

Gass (2007) destaca que o “o povo da terra” não seria apenas uma referência aos povos mais pobres, mas também aos estrangeiros que se encontravam misturados entre eles, e mais tarde seriam também aqueles que desconheciam a lei judaica, o que conseqüentemente levava-os a não a cumprir, o que gerava desprezo pelos fiéis da lei. Houve uma série de disputas entre os que permaneceram em Judá e os que retornaram da Babilônia, deduzindo o direito de retomar “a herança de seus pais e que os babilônicos haviam distribuídos aos camponeses empobrecidos” (GASS, 2007, p. 87).

O confronto entre a Golá e o povo da terra reflete-se em sua maior algidez em torno da construção do templo sob os auspícios da administração persa e as disputas sobre a pureza racial. Este confronto é, na verdade, em grande parte, um conflito de classes: os camponeses e latifundiários aparentemente empobrecidos pela desorganização do período babilônico em oposição a um exílio bem organizado em torno de um projeto religioso e sacerdotal, com o apoio econômico e político das autoridades persas (PIXLEY, 1989, p.94 – 95).

Pixley (1989) aborda haver de um lado o governador persa por sua sede em Samaria retira tributos das aldeias e do outro lado a atuação do império tentado manter uma concordância social por meio do sacerdócio de Jerusalém que o império visa por meio do custeamento do Templo um rendimento econômico. Veremos adiante como em um contexto de um constante endividamento sobre a população marginalizada diante aos impostos, levando a

sua subordinação e ao trabalho compulsório obrigatório.

1.2 Contexto Econômico

Marianno (2007) trata que por alguns fatores como o cerco dos militares e as guerras recorrentes as vidas dos povos de Judá causaram uma dependência econômica dos países de maior poder, o que contribuiu para o trabalho forçado que levava a exaustão desses povos. Marianno (2007) aborda que o tributo dominou as relações sociais de Israel até o século IV a.C., se compondo de “dinâmica onde a minoria dominante passa a explorar a maioria produtora, dando-se ao direito de receber uma parte cada vez maior do excedente da produção” (MARIANNO, 2007, p.56).

Gass (2007) dita que os persas realizavam essa cobrança de tributos somente por moedas, principalmente as de prata, para que os camponeses conseguissem realizar o pagamento já que não as possuíam, foi desenvolvido um processo para exercer no desenvolvimento agrícola, para assim vendê-lo e adquiri-las. O Templo exercia o papel de mediador durante esse sistema de emissão de dinheiro para o exterior.

Gass (2007) apresenta que os templos não eram os únicos meios dos persas para o arrecadamento de impostos, se utilizando de taxas em estradas, em portos e alfândegas, onde era realizada uma vistoria sobre as caravanas comerciais e era cobrado taxas sobre cada mercadoria. Marianno (2007) aponta que esses tributos constituíam a base central para possíveis conflitos entre a cidade e o campo, “quando o ambiente internacional era controlado por uma grande potência os tributos se tornavam muito pesados, sendo uma “sobreposição tributária sobre a base da economia agrário tributária local ou regional”” (REIMER, 2006, p. 14). Percebemos assim que os judeus tinham uma relação de submissão às leis ditadas por um rei estrangeiro e a quem pagavam tributos, além de não possuir seu próprio exército, tendo a ocupação de um exército imperialista de acordo com Gass (2007).

Marianno (2007) avalia que quando parte dos exilados retornaram visualizaram um cenário que não teria mudado muito durante todo esse

processo, onde se perdurou a escassez, isso foi recorrente pelas pragas nas plantações, de sementes que não brotavam. O profeta Ageu⁵ atribuía essa como uma forma de punição pela depreciação dos judaístas pela construção do Templo, mas tal região já era propícia a mudanças no ambiente, com longos períodos de seca trazendo assim a fome. Foi assim, segundo Marianno (2007) bastante difícil o convencimento dos povos exilados que já se encontravam estabilizados a voltarem para Jerusalém e reconstruir sua nação. Deste ponto estaremos vinculando os círculos sociais dos grupos étnicos apenas para tornar a clareza de nossa análise um pouco mais objetiva.

1.3 Contexto Social

Kessler (2009) traz que a utilização da história social de Israel tem por objetivo não apenas tratar sobre o lugar de vivência, mas também sobre “interesses que se expressam nos textos. Ela relaciona [...] as concepções religiosas expressas nos textos retro atuavam, por sua vez, sobre o desenvolvimento social” (KESSLER, 2009, p. 8), essas formações supõem que se havia uma pluralidade de vários interesses que compunham uma instituição (visando que o termo “sociedade” segundo Kessler (2009) seria um conceito muito amplo e abstrato), que hora se sobrepunham ou andavam lado a lado.

Na definição de história social como análise da estrutura social e uma sociedade em seu desenvolvimento histórico, reside a tentativa de conectar um elemento estático com um elemento dinâmico. Na realidade dos organismos vivos, o elemento dinâmico do tempo não se desenrola como algo contínuo e regular, mas em intensidade distintas (KESSLER, 2009, p. 9).

A história social tem assim por encargo associar um momento inerte da estrutura de uma instituição, descrito, como desenvolvimento de sua estrutura. Estrutura essa que comporta com o âmbito geográfico que conforme expõe

⁵ Um dos doze profetas menores, cujo livro é colocado em 10º lugar naquela classificação. Seus pais foram escravos na Babilônia, no reinado de Dario, filho de Histaspes. Ao retornar a Jerusalém censurava o povo, por dar mais valor à construção de suas próprias casas do que ao Templo. (SARMENTO, 2011. p. 24).

Kessler (2009), habita a historiografia, que também está correlacionada a condições históricas.

Kessler (2009) descreve a utilização científica do povo judeu diante ao ambiente geográfico em que viviam, com seus diferentes espaços geográficos constituintes para uma história social, onde os grandes vales de rios pertenciam às civilizações mais avançadas, como seus sistemas de irrigação, e onde ocorreram as primeiras formações de estados, composta por muitas diferenciações na “produção de vida [...] nas imediações tem consequências para o desenvolvimento social” (KESSLER, 2009, p. 26). Com isso houve o surgimento de estados em Israel e Judá, fazendo com que a geografia entre os espaços menores levasse a formação políticas relativamente menores, o que beneficiou a um certo controle do império persa sobre elas. As regiões divididas em províncias no império persa eram utilizadas para controle, onde cada sátrapa era governada por alguém intitulado pelo rei para haver assim controle sobre as finanças, como os tributos para o império.

Kessler (2009) nos traz também sobre o contexto social, caracterizando uma diversidade cultural em cidade-estado compostas muito antes do surgimento de Canaã, culturas essas já desenvolvidas que deixaram sua marca cultural naquele meio, e isso vai de encontro a tentativa de não haver uma “contaminação” entre os hebreus durante um exílio sobre o seu meio, o que ocorre mesmo que indiretamente, pois a influência de outras cultura se mesclam, mas não se pode negar que os deportados conseguiram resguardar mais duramente certos ensinamentos culturais do que os autóctones.

Marianno (2007) trata que muitos textos bíblicos tendem a nos fazer concluir que com a deportação o território de Judá teria ficado desolado e vazio de sua população, o que através da arqueologia se provou estar errada, e o números de exilados vária entre 15 ou 20 mil no máximo, comparando esse número a população de Judá no final do século VII antes da destruição de Jerusalém se constituía por volta de 75 mil, compreendendo assim apenas 20% foi levado. Dessa forma os que permaneceram ficaram sem grandes alterações, podendo assim haver um maior crescimento. E o povo que permaneceu do qual Marianno (2007) se refere como autóctone, já que o termo Povo da Terra se

refere ao grupo de camponeses necessitados, seria uma generalização anacrônica para se referir a todos os que viviam em Judá. Os autóctones com os retornos dos exilados que chegavam em grupos crescentes tinham sua estrutura alterada.

É provável que, mesmo com toda a opressão que um sistema hegemônico internacional proporciona aos reinos dominados, a subordinação ao Império Babilônico tenha sido um fardo mais leve para os autóctones do que a subordinação aos próprios governantes judaítas. Em seu conceito mais antigo, os autóctones sempre fomentaram a manutenção da casa de Davi no poder estatal. Durante o exílio eles começaram a alimentar esperanças de reconstrução da nação através da devolução do trono a um descendente de Davi (2Rs 11,17-20; 21,24). Para a concretização deste sonho, a reconstrução do templo era um evento de muita importância, por isso a missão de Zorobabel recebeu o interesse de tantos autóctones. O messianismo davídico era um sonho deste grupo. Embora a sociedade camponesa tenha revitalizado seu dinamismo, Jerusalém estava devastada, mas em diversas regiões da cidade a atividade, inclusive religiosa, prosseguiu (MARIANNO, 2007, p. 62).

Os autóctones passam assim tanto pela subordinação de seus governantes, como do império, que recebeu ajuda na reconstrução do Templo com a esperança do povo em se restabelecer a casa de Davi no poder, mas foi através do mesmo que a elite judaica aplicou sistemas de arrecadação de tributos, isso baseado no Livro da Lei de Deus seria como a lei do rei, e quem não a cumprisse seria sentenciado com a morte ou com o exílio.

A Lei de Deus de acordo com Nakanose; Pedro (2004) seriam as normas religiosas produzidas pelas escribas, que constituem um controle sobre a vida das pessoas “determinando quem pode ser considerado puro ou impuro” (NAKANOSE, PEDRO, 2004, p.127). As pessoas puras seriam aquelas que realizam pagamentos seja em forma de tributos ou sacrifícios, e observam os rituais, para sacrifícios pelos pecados cometidos. Nakanose; Pedro (2004) indica que as pessoas mais pobres e mais desfavorecidas eram consideradas impuras por não conseguirem realizar tais exigências da “Lei referente à pureza, entre elas a entrega de ofertas e sacrifícios de purificação aos administradores do Templo (Levítico 4-7)” (NAKANOSE; PEDRO, 2004, p.127).

Há assim um controle sobre o corpo das pessoas, e isso atinge principalmente o núcleo das famílias mais pobres, que se veem em um processo

de endividamento para tentar realizar o cumprimento das normas, além do sofrimento em meio a humilhações por serem impuros aos olhos de Deus. Nakanose, Pedro (2004) trata ainda que a mulher sofre ainda mais, pois o corpo feminino é tido como portador de maldição, e imundo.

A lei do puro e impuro amaldiçoa o corpo das mulheres. Por exemplo, a menstruação e o parto tornam a mulher impura (Levítico 12,1-8; 15,19-24). Não conseguindo pagar as ofertas e os sacrifícios de purificação, elas ficavam endividadas com o Templo. Sem contar que, com a política de repovoamento da religião e a necessidade de mão de obra, as mulheres têm de ter filhos a cada ano, o que prejudica seus corpos e aumenta suas dívidas (Jó 24,9). (NAKANOSE; PEDRO, 2004, p.27).

Nakanose; Pedro (2004) evidencia a utilização da elite de Judá sobre sacrifícios e de ofertas como uma justiça aplicada diretamente de Deus, para que assim eles se tornassem seres puros e justos e ganhassem a salvação divina.

Marianno (2007) aborda também sobre os judeus que retornaram do exílio, denominados Golá que foram para Babilônia em uma primeira leva, composto por artesão, sacerdotes, nobres, militares, funcionários da corte e mulheres da corte e também o profeta Ezequiel com o rei Joaquim em 597 a.C. A outra aconteceu em 587 a.C. com a destruição Jerusalém, compondo o restante dos funcionários da administração, sacerdotes e a execução do rei Zedequias em Ribla (2Rs 25,18-21). Os deportados eram forçados a cultivar na mesma terra em que foram assentados para destinar ao rei, passando desde a primeira deportação até a conquista de Ciro nesse processo, onde muitos deles se desenvolveram, e outros se seguiram em um estilo de vida de reclusão.

Embora Babilônia tivesse uma enorme diversidade de nações representadas em seu território, pode ser que os judaístas tenham vivido relativamente “afastados” dos demais povos. Devido ao grande número de sacerdotes entre os deportados, é de se imaginar que, os que não pertenciam à nobreza de certa forma se fundiam entre os levitas e sacerdotes deportados, e estes passaram a viver sob grande influência de um sistema litúrgico. Era fácil perder a identidade num ambiente como aquele, desta forma, a liturgia acabou servindo como ambiente onde está identidade se preservou através da repetição das tradições históricas e da redação das leis. Por estarem mais aglutinados e em menor espaço que os autóctones, que estavam espalhados e mais dispersos, os deportados conseguiram se tornar um grupo mais homogêneo do que os autóctones (MARIANNO, 2007, p. 63).

E através desse resguardo de sua identidade que os deportados conseguiram manter seus ensinamentos, como guardar o sábado, a leitura da lei e da circuncisão, que Marianno (2007) aponta como a representação não apenas respeito às tradições, mas “o espaço para respirar sua própria nacionalidade” (MARIANNO, 2007, p. 63). Havia entre os deportados uma grande posição de espiritualidade, onde Marianno (2007) se refere ao Templo de Salomão como a casa de YHWH, e que uma vez destruído, essa casa estaria vazia da presença divina, que teria se ausentado por perder uma grande batalha com outros deuses, por isso teria se retirado.

Perante as mensagens proféticas que os deportados acreditavam que YHWH havia acompanhado eles até o exílio, assim se tem a dedução que o mesmo teria abandonado os autóctones. Percebemos assim que tanto os deportados como autóctones seguiram por caminhos diferentes depois da intervenção internacional sofrida, onde os deportados seguiam firmemente a profecia, pois sabiam o preço a se pagar por não dar ouvidos ao verdadeiro profeta, já os autóctones desacreditaram da profecia, e que “o único jeito de saber se o profeta era verdadeiro ou falso era aguardar o cumprimento de suas palavras” (MARIANNO, 2007, p. 63).

Marianno (2007) aborda que antes mesmo do exílio a comunidade judaica já se encontrava sedimentada em camadas, e a deportação teria ajudado ainda mais com essa separação social e também étnica. Como os deportados ficaram por um longo tempo convivendo com outras nações, eles desenvolveram um maior rigor em rituais, além de fortalecerem seus laços casando-se entre si e formando uma colônia judaístas. Já com os autóctones a situação ia totalmente ao contrário com a miscigenação, já que Judá recebeu migrantes de outros povos como amonitas, edomitas, sírios, filisteus, moabitas e filisteus, já que todos esses se encontravam em posse da babilônia quase não se havia fronteiras. Dessa forma Marianno (2007) afirma que os deportados entre três a quatro gerações não se “contaminaram” com o contato de povos estrangeiros, já com os autóctones era totalmente ao contrário, e sua situação econômica se encontrava atrofiada comparada ao dos deportados.

Os deportados queriam reconstruir a nação através do templo, da centralidade da lei e da pureza étnica. Os autóctones também queriam reconstruir a nação, mas através da restauração do trono de Judá a um descendente de Davi e através da restauração do templo. Pureza étnica era um componente impensável para os autóctones, algo impraticável que não merecia ser cogitado. Somente o templo conseguiu captar a prioridade de deportados e autóctones. A idéia de voltar a adorar no templo aquecia o coração de todos. Mas centralização do culto no templo de Jerusalém tinha necessariamente que resultar em exclusivismo religioso? O que percebemos é que, para os deportados mesclar etnia era um pecado gravíssimo que maculava a constituição da identidade nacional que estava sendo construída naqueles dias (MARIANNO, 2007, p. 67).

Schwantes (2010) afirma que a conjuntura judaica se estruturava cada vez mais formal, onde aproximadamente entre 420 até 330 a.C. ainda prevalecia conjunturas de vidas tribais. Havia um grande crescimento desempenhado pelo sacerdócio que passa a representar a comunidade judaica em negociações com os persas, mas ainda se prevalecia entre os núcleos familiares e tribais “de vida ainda são hegemônicas e não estão substituindo nem por instâncias monárquicas e nem por condições coloniais” (SCHWANTES, 2010, p.79). A pobreza se constitui em Israel, onde homens e mulheres vivem em condições de miséria, e segundo Nakanose; Pedro (2004) o povo seria vítima do desdém tanto da corrupta elite de Judá como do império persa, que em conjunto estaria roubando o pouco que ainda restava.

São os pobres, as mulheres, as crianças, os velhos. Suas dores já não tendem a vir só de suas condições sociais imediatas, mas de seu próprio corpo fragilizado, doente, leproso, marginal, século trás século. [...] Perigos sociais, fome e desmanche de família por toda parte. Por isso, lá vão os peregrinos em busca de seus irmãos e de suas irmãs, em busca de ajuda para ver como sobreviver (SCHWANTES, 2010, p.80).

E além da fome ainda havia a lepra, uma doença já antiga na Palestina e que segundo Schwantes (2010) nos pós exílio essa doença contagiosa teria se espalhado na população. Dessa forma o podemos ter uma dimensão sobre essa calamidade que se encontrava a população, sobre uma “crescente deterioração das condições gerais de vida” (SCHWANTES, 2010, p.81). Nakanose; Pedro (2004) descreve sobre a ambição e a opressão dos mais ricos sobre os mais pobres eliminados, que demonstram alguma categoria de oposição sobre a

violência e corrupção do regime.

1.4 Contexto Religioso

Fohrer (2008) explica que a vitória de Ciro no império babilônico deu a oportunidade para os exilados retornarem para suas terras baseando no que para eles seria um Estado constituído em meio a direitos iguais para todos. Além do retorno, foi concedido o direito de reconstrução do Templo de Jerusalém, porém apenas alguns judeus retornaram para Jerusalém. O comissário em cargo do território foi Sesbazar, indicado pelos persas, sendo esse um descendente de Davi o que foi de grande ajuda para contribuir na construção do templo, como já foi visto com a autora Marianno (2007) os autóctones foram enganados com falsas promessas para uma possível reestabelecimento da casa de Davi. Houve assim uma contribuição tanto daqueles que retornaram da babilônia como aqueles que permaneceram para a reconstrução do Templo, que diferente de antes agora sobrevivia sobre as finanças do povo, sendo assim consequentemente pertencente a ele.

Mas tal afirmação de templo de salvação foi sendo desmantelado como uma verdadeira farsa, isso somado com paralisações na reconstrução do Templo, pois aqueles que retornaram deram tudo de si para realizar a reconstrução de suas casas e para seu sustento. Houve, conforme Fohrer (2008) a formação de um movimento na Judeia liberado pelo novo comissário Zorobabel, que em 520 a.C. retomou o controle para continuar a reconstrução do Templo com o apoio dos profetas Zacarias e Ageu. Reconstrução essa que contava com apoio de certos grupos, mas alguns “pareciam questionáveis quanto ao estrito julgamento religioso dos que retornavam, visto que a sua forma de jvismo estava permeada de influências estrangeiras” (FOHRER, 2008, p.431), o profeta Ageu atacava tais grupos por dois discursos da lei ritual, onde o primeiro se baseava em uma pureza cultural que não poderia ser repassada, mas que a “contaminação” dessa pureza seria contagiosa, discursos assim tinham por objetivo “excluir das obras do Templo e do culto aqueles cujo sacrifícios tornaram impuros o lugar sagrado” (FOHRER, 2008, p.431), e manter

um exclusivismo do Templo.

Pelo menos uma parte daqueles que foram excluídos, primeiramente os habitantes de Samaria, não aceitou essa conclusão sem resistência. Eles dirigiram primeiro ao competente sátrapa persa, que, em consequência, foi a Jerusalém com a intenção de embargar as obras do Templo. Contudo, visto que o edito de Ciro que permitia a reconstrução foi descoberto nos arquivos persas, a tentativa fracassou. As obras continuam e o Templo estava pronto para ser consagrado no ano 515 a.C., com a grande celebração. Por esta época, porém, Zorababel já não residia em Jerusalém (FOHRER, 2008, p.432).

Foi assim restabelecida a construção do novo Templo no mesmo local do anterior, onde sua forma se tornou tão gloriosa quanto o seu anterior. Fohrer (2008) que havia a divisão na Palestina em dois grupos, um de natureza religiosa composta pelo povo deportado, que durante o exílio teria seguido firmemente os ensinamentos da Lei, recusando a quaisquer influências externas, se compondo por associações messiânicas com valores nacionalistas. Consolidando assim um grupo com uma posição mais teocrática e sacerdotal, que tinha por preocupação a propagação da comunidade.

Nakanose; Pedro (2004) retrata que a teocracia judaica se consolidava, mais a cobrança da lei do impuro e do puro era aplicada com mais rigidez, isso com a cobrança de impostos na vida do povo.

A cobiça dos ricos e poderosos não tem medida quando se trata de garantir os próprios interesses: *os injustos arrancam o órfão do peito materno, e penhoram a roupa do pobre* (Jó 24, 9). As famílias pobres, exploradas pela dupla tributação, que sustenta o Templo e os persas, andam famintas e desabrigadas (58, 6-7). Na cidade e no Campo, pessoas moribundas gemem, e as que estão feridas pedem socorro (Jó 24,12). É como diz o ditado popular: "O povo entrou no fundo do poço". Mas nos subterrâneos da humanidade, naquelas e naqueles que a sociedade considera o lixo do mundo, o sagrado se manifesta... O povo experimenta a presença humana de Deus (NAKANOSE; PEDRO, 2004, p.33).

O autor trata sobre a ganância exercida por sacerdotes e escribas e seus governadores sobre o povo que já se encontrava empobrecido, e se vê sendo oprimido por aqueles que deviam fazer o oposto.

Marianno (2007) esclarece ser através da colaboração entre as diversas subdivisões tanto entre deportados quanto entre os autóctones que passam por alterações na prática religiosa. E o zoroastrismo exercido pelos persas não tinha

por objetivo proselitista, onde se consentia com as demais religiões, como o politeísmo da Grécia e dentre a Babilônia. E esse consentimento contribuía para haver uma solidificação na religião monoteísta exercida pelos judeus, mantida pelos deportados através da união e pela prática mais rigorosa na leitura dos textos sagrados, e sobre as tradições proféticas.

Ritos como a guarda do sábado e a circuncisão, que nunca haviam sido tão obedecidos tornaram-se afirmação de identidade deste grupo diante de outras nações. A necessidade de se afirmar uma identidade num contexto multicultural internacional é que se este grupo não se afirmar, ele desaparece (MARIANNO, 2007, p. 67).

Já entre os autóctones atos como esses não faziam diferença, mas para os deportados era de grande importância visando que eles precisavam deste meio para afirmarem sua identidade e foi o que fez com que suportasse a diáspora se agarrando a utopia do resgate e do retorno à terra de seus pais. Com os autóctones adoravam a YHWH em meio a um sincretismo, que após a reforma de Josias não tinha muitas variações de cultos disponíveis. Marianno (2007) traz que a tentativa de aplicar o monoteísmo por Josias não teria conseguido acabar com “os outros cultos porque sempre existe uma grande diferença entre a religião oficial e a religiosidade popular” (MARIANNO, 2007, p. 68).

O javismo oficial é caracterizado por uma assimetria de gênero, onde o grupo hegemônico é masculino. Homens são os detentores e mantenedores da instituição religiosa no javismo oficial. Esta constatação leva à inferência de que as mulheres constituem outro grupo religioso popular. Mulheres praticam formas de religiosidade que podem diferir das convenções oficiais androcêntricas [...] religião normativa é aquela que está prescrita nos textos bíblicos, editados por um grupo sacerdotal que quer instituir normas e práticas, mas cujo conteúdo não reflete a realidade da religião popular que é praticada pela maioria do povo [...] que está às margens do culto estabelecido, vinculada às nebulosas práticas da superstição [...] Muitas vezes as mulheres são apresentadas como agentes subversivas, transgressoras da religião oficial (Dt18,10-11; Ex 22,18; Is57,3; Ez 8,14; 13,17-23). Também a referência aos teraphins aparece relacionada com as atividades de mulheres (Gn 31,14-42; Jz 17). Todos estes textos não são uma prova de cultos caseiros dirigidos por mulheres, mas estão ligados à práticas caseiras, familiares, onde as mulheres têm maior acesso e protagonismo do que no culto oficial e público do templo ou dos santuários [...] a interação [entre religião nacional e familiar] é conflituosa na medida em que o Estado tem interesse de diminuir o poder dos grupos familiares em questões políticas e econômicas” (MARIANNO, 2007, p. 68 – 69).

Marianno (2007) coloca que se haviam denúncias vindas de Ezequiel sobre outros ídolos que eram adorados pelo povo e por anciãos, “mulheres prestavam culto à Tamuz (8,14) e homens adoravam o sol (8,16)” (MARIANNO, 2007, p. 69), nos sugerindo assim centralização do sincretismo no templo de Jerusalém, não sendo aceito pela população o modelo no monoteísmo proposto por Josias. Contrariando esse programa de centralização cultural, a população adotou um sincretismo cultural, que Fohrer (2008) explica que teria sido atacado pela elite judaica com a ajuda persa, no decreto pascal de Dario II (419 a.C.). O Templo foi então destruído por volta de 419 a.C. por estímulos vindos de sacerdotes egípcios, sendo reconstruído antes de 402 a.C., e por fim sendo destruído anos mais tarde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a formação do povo judeu no pós-exílio, destacamos processos de construção de suas individualidades, seja no meio social ou religioso, e sua incorporação do imaginário no meio coletivo do povo. O exílio foi sofrido pelos deportados como uma aprovação da Aliança firmada por YHWH, restaurada com ênfase nas palavras do profeta, que seria aquele chamado pelo Senhor para trazer ao povo de Israel esperança, para haver assim a liberação. Mas mesmo em terras estrangeiras e com grande influência de outros povos e culturas, o povo exilado tinha como objetivo preservar suas tradições.

E diante ao retorno no pós-exílio por volta de 520 a 400 a.C., os exilados tomam isso como uma resposta de YHWH, como recompensa pelo seguimento de seus princípios. Porém, ao retornarem dão de cara com a cidade e o Templo em ruínas, sinal que o povo que permaneceu naquele lugar não praticava as Leis de YHWH com a mesma rigidez e intensidade que eles. O que desperta sobre eles um sentimento de povo escolhido por YHWH, o verdadeiro Israel.

É instaurado assim, a reconstrução do Templo mesmo entre atrasos, contando com a ajuda de todos, seja dos deportados quanto dos autóctones tomados por falsas promessas de uma possível reconstrução do império por

descendentes de Davi. Foi instaurado em Jerusalém uma teocracia, o poder econômico, político e social estava fomentado no Templo e na Lei.

Os autóctones por serem em partes por famílias camponesas e mais necessitadas, eram exploradas pela elite de Judá como pelo império persa que se utilizavam de um discurso vazios, em que aqueles que conseguiam realizar o pagamento de tributos e outros requisitos sobre as Leis do Templo ganharam a salvação Divina. As mulheres durante esse processo sofrem grandes papéis de perseguição, pois seu corpo é tido como algo impuro o que as leva uma vida de reclusão dentro do seu núcleo familiar.

Percebemos assim um culto vazio, baseado apenas na exploração e na beneficiação da elite, pois para as famílias mais pobres era de extrema dificuldade arrecadar algumas moedas até para o seu sustento. Entravam assim em grandes dívidas por empréstimo para obtenção de produtos e conseqüentemente o crescimento das vendas. Esse contexto marca uma grande diversidade cultural, indo de encontro a tentativa de preservação dos deportados, que de fato conseguiram manter seus traços culturais mais rigidamente em comparação aos autóctones, que depois da destruição de Jerusalém houve uma grande miscigenação entre os diferentes povos que lá permaneceram.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Referência

SARMENTO, F. J. M. **Dicionário de Estudos Bíblicos**. São Paulo: Rideel, 2011.

Fontes Textuais

BÍBLIA DE JERUSALÉM – Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2001.

Referências Bibliográficas

BRIGHT, Jonh. **História de Israel**. Tradução: Luiz Alexandre Solano Rossi e Eliane Cavallhere Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2003.

CASTRO, Flávia Lages. **História do direito Geral e Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FOHRER, Georg. **História da Religião de Israel**. Tradução: Josué Xavier. São Paulo: Ed. Academia Cristã: Paulus, 2008.

GASS, Ildo Bohn. **Uma introdução à Bíblia: exílio Babilônico e dominação Persa**. V. 5. 3ª edição. São Paulo: Paulus e CEBI, 2007.

MARIANNO, Lília Dias. **A Ameaça Que Vem De Dentro-Um estudo sobre as relações entre judaítas e estrangeiros no pós-exílio em perspectiva de gênero**. Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de PósGraduação em Ciências da Religião para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo: 2007. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/424/1/Lilia%20Dias%20Marianno.pdf>> Acesso em: 02 de novembro de 2020.

NAKANOSE, Shigeyuki; PEDRO, Enilda de Paula. **Como ler o Segundo Isaías 40-55. Da semente esmagada brota nova vida**. São Paulo: Paulus, 2004.

PIXLEY, Jorge. **A história de Israel a partir dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1989.

KESSLER, Rainer. **História Social do Antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.

SCHWANTES, Milton. **Sufrimento e esperança no exílio - História e teologia do povo de Deus no século VI a. C.** São Paulo: Paulinas, 2007.

SCHWANTES, Milton. **Breve História de Israel**. São Paulo: Oikos, 2010.

Recebido em: 15/08/2022.

Aprovado em: 06/11/2022.

Publicado em: 10/11/2022